



The challenges of the primary teachers in the XIX century: from the materials needed to teach classes to the payment of the salaries

Os desafios dos professores primários no século XIX: dos materiais necessários à ministração das aulas ao pagamento dos salários

Los desafíos del profesor de primaria en el siglo XIX: desde los materiales necesarios para impartir las clases hasta el pago de los sueldos

Simone Silveira Amorim¹ 

¹ Universidade Tiradentes, Aracaju, Sergipe, Brasil.

Autor correspondente:

Simone Silveira Amorim

E-mail: simone.silveira@souunit.com.br

Como citar: Amorim, S. S. (2021). The challenges of the primary teachers in the XIX century: from the materials needed to teach classes to the payment of the salaries. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 2(1), e12444. <https://doi.org/10.20952/jrks2112444>

ABSTRACT

Different aspects impacted the work of primary school teachers in the 19th century: the lack of materials for the teaching of classes, the delay in paying salaries and the release of resources to pay the rent of the houses where the classes worked, the health issues that implied the removal of the teacher for treatment, among others. Given this context, the objective is to inform how the teaching profession was configured based on the challenges faced by primary teachers in the 19th century. As a research in the field of History of Education, newspapers and official communications will be taken as sources, being analyzed from the conceptions of configuration and representation. It is possible to perceive that the profession of primary teacher was configured in the face of challenges and confrontations, corroborating the construction of the representation of the qualified teacher in the 19th century.

Keywords: Primary teachers. Teaching professionalization. XIX century.

RESUMO

Aspectos diversos impactavam o trabalho dos professores primários no século XIX: a falta de materiais para a ministração das aulas, o atraso no pagamento dos salários e na liberação de recursos para pagamento dos aluguéis das casas em que as aulas funcionavam, as questões de saúde que implicavam no afastamento do professor para tratamento, dentre outros. Diante

desse contexto, tem-se como objetivo informar como se configurou a profissão docente a partir dos desafios enfrentados pelos professores primários no século XIX. Sendo uma pesquisa no campo da História da Educação, os jornais e as comunicações oficiais serão tomados como fontes, sendo analisadas a partir das concepções de configuração e representação. É possível perceber que a profissão de professor primário se configurou diante de desafios e enfrentamentos, corroborando para a construção da representação do(a) professor(a) qualificado(a) no século XIX.

Palavras-chave: Professores primários. Profissionalização docente. Século XIX.

RESUMEN

Diferentes aspectos impactaron la labor de los docentes de primaria en el siglo XIX: la falta de materiales para la impartición de clases, la demora en el pago de salarios y la liberación de recursos para pagar el alquiler de las casas donde trabajaban las clases, los problemas de salud que implicó la remoción del maestro para tratamiento, entre otros. Ante este contexto, el objetivo es dar a conocer cómo se configuró la profesión docente a partir de los desafíos que enfrentaron los docentes de primaria en el siglo XIX. Como investigación en el campo de la Historia de la Educación, se tomarán como fuentes los periódicos y las comunicaciones oficiales, siendo analizados desde las concepciones de configuración y representación. Es posible percibir que la profesión de maestro de primaria se configuró frente a desafíos y enfrentamientos, corroborando la construcción de la representación del maestro calificado en el siglo XIX.

Palabras clave: Maestros de primaria. Profesionalización docente. Siglo XIX.

INTRODUÇÃO

Aspectos diversos impactavam o trabalho dos professores primários no século XIX: a falta de materiais para a ministração das aulas, o atraso no pagamento dos salários e na liberação de recursos para pagamento dos aluguéis das casas em que as aulas funcionavam, as questões de saúde que implicavam no afastamento do professor para tratamento, dentre outros. Assim, os professores e professoras se encontravam em constante tensão educacional, sendo ela entendida aqui como:

O movimento de ação e reação dos sujeitos envolvidos no processo educacional diante de situações postas diante deles e que os impelem a reagir tomando atitudes que são uma reação direta, mas nem sempre explícita, ao ato que a causou. São elas que contribuem para a delimitação de fronteiras entre o que é aceitável, ou não, e que definem seus comportamentos no âmbito profissional (Amorim, 2014, p. 5).

Diante desse contexto, tem-se como objetivo informar como se configurou a profissão docente a partir dos desafios enfrentados pelos professores primários no século XIX. Sendo uma pesquisa no campo da História da Educação, os jornais e as comunicações oficiais serão tomados como fontes, sendo analisados a partir das concepções de configuração (Elias, 2001) e representação (Chartier, 2002).

Sobre as publicações em jornais, é possível afirmar que elas possibilitam revelar aspectos que não seriam possíveis identificar em fontes oficiais, pois se constituem nas “[...] vozes de pessoas [...]” que encontravam nos jornais o espaço estratégico para serem ouvidas, deixando seus registros (Freyre, 2000, p. 152). Em se tratando do século XIX, os jornais são velhos, mas repletos de anúncios, publicações oficiais e do público em geral, de notícias particulares, inclusive com seções pagas que também dão suporte para que se possa compreender a sociedade da época. “Daí serem os anúncios material valioso para os estudos

sociais, em geral, e para o sociológico, antropológico ou histórico-social, em particular, [...]” (Freyre, 2000, p. 153).

As comunicações oficiais dão acesso aos trâmites, acontecimentos, solicitações, ordenamentos administrativos, sendo elas trocadas entre os agentes educacionais, apresentando o funcionamento institucional e dando a conhecer as práticas que configuraram a profissionalização docente no século XIX. Dessa forma, compreender de maneira mais específica aspectos relacionados à carreira, remuneração, condições de trabalho, questões políticas que geravam as tensões no âmbito educacional, dentre outros. No entanto, “[...] deve-se levar em conta que o documento é o fim de uma variedade de acontecimentos, da sociedade que o produziu, e que, aquele processo pode ter sido manipulado de acordo com interesses da época pesquisada, portanto, ele não é neutro” (Amorim, 2013, p. 18-19).

A partir das fontes mencionadas e do referencial teórico apresentado, a análise será feita mediante os pressupostos da matriz historiográfica da História Cultural (Burke, 2005). Assim, serão apresentados os usos que os professores faziam dos jornais, assim como das comunicações oficiais a fim de dar a conhecer ao poder público e à sociedade os desafios por eles enfrentados. Assim, será possível perceber que a profissão de professor primário se configurou diante de desafios e enfrentamentos, corroborando para a construção da representação do(a) professor(a) qualificado(a) no século XIX.

OS PROFESSORES PRIMÁRIOS NOS JORNAIS SERGIPANOS

Usualmente, no século XXI, obtemos informações sobre o trabalho dos professores a partir das notícias apresentadas nos telejornais e, de maneira mais intensa, a partir das redes sociais. Desta maneira, as informações circulam freneticamente, oportunizando dar a conhecer à sociedade de que maneira a ação docente ocorre, seus desafios e suas conquistas também.

Temas como dificuldade de acesso dos alunos às escolas por conta das distâncias, falta de condições estruturais necessárias ao bom andamento das aulas, o baixo salário dos professores, a qualidade das aulas por eles ministradas aos alunos, os resultados das avaliações em larga escala, a frequência, repetência, abandono, dentre outros, são aspectos que permeiam o universo escolar atual. Há também que se mencionar as questões relacionadas às questões sanitárias que provocam doenças nas crianças e nos professores, interferindo na manutenção das aulas e ao comparecimento dos alunos, já que a ação docente, necessariamente, pressupõe o contato próximo e direto a eles.

Ao voltar nossos pensamentos para o trabalho dos professores primários no século XIX, pode-se imaginar, a princípio, que outros seriam os problemas com os quais eles tinham que lidar. No entanto, as fontes históricas nos permitem compreender que os cenários mudam, os atores também, mas permanecem as dificuldades, os desafios, os embates que, igualmente, oportunizam realizações significativas na perspectiva da configuração do trabalho docente, fortalecendo a representação dos professores primários naquele período. Assim,

Na análise das configurações, os indivíduos singulares são apresentados da maneira como podem ser observados: como sistemas próprios, abertos, orientados para a reciprocidade, ligados por interdependências dos mais variados tipos e que formam entre si figuras específicas, em virtude de suas interdependências. [...] Na maior parte das vezes, as figuras que os indivíduos formam em sua convivência mudam bem mais lentamente do que os indivíduos que lhes dão forma, de maneira que homens mais jovens podem ocupar a mesma posição abandonada por outros mais velhos. Assim em poucas palavras, figuras iguais ou semelhantes podem muitas vezes ser formadas por diferentes indivíduos ao longo de bastante tempo; e isso faz com que tais figuras pareçam ter um tipo de ‘existência’ fora dos indivíduos. [...] Aqui e agora, os indivíduos singulares que formam uma figuração social específica entre si podem de fato desaparecer, dando lugar a outros, entretanto, seja

como for essa substituição, a sociedade, e com isso a própria figuração, será sempre formada por indivíduos (Elias, 2001, p. 50-51).

A partir de Elias (2001), é possível perceber que a ação do indivíduo na sociedade é pensada a partir das funções por eles exercidas, conectando-os. O trabalho do professor e dos que exerciam cargos relacionados com a educação proporcionam a compreensão desse aspecto. Ao pensar no papel do Estado, representado pelos indivíduos que exerciam cargos públicos, o seu papel dizia respeito à manutenção da estrutura organizacional que ofereceria as condições necessárias para que os professores pudessem realizar seu trabalho em sala de aula a partir da criação de cadeiras públicas nas localidades onde houvesse a necessidade, provê-las com os professores que seriam responsáveis por ministrar as aulas, garantir o pagamento dos salários e do aluguel do local onde as aulas seriam ministradas, prover os alunos com materiais escolares, dentre outros.

Segundo Lima (2007, p. 86), essas ações eram efetivadas não “[...] porque os administradores eram bons ou maus; mas sim, porque representou uma estratégia para ‘civilizar’ o povo, educando-o para contribuir com o projeto de uma nação forte e desenvolvida”. No entanto, é possível observar, a partir das fontes pesquisadas, que nem sempre essas ações eram realizadas a contento.

Este fato foi observado a partir de ofícios de professores solicitando, inclusive por mais de uma vez, a quantia para a compra do material necessário para à ministração das aulas. Foi o que ocorreu com Francisco de Paula Machado, professor do ensino primário, que ainda afirmou não ser possível comprar com seu próprio salário os utensílios que precisariam ser utilizados em sala, assim como fornecer papel, tinta e penas às alunas pobres que frequentavam sua aula, sendo uma obrigação do Estado. Ele ainda afirmou que “[...] os cofres Provinciais tem fornecido todos esses misteres a inumerável professores e professoras da Província” (Sergipe. Correspondência de Francisco de Paula Machado para Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, Presidente da Província. Divina Pastora, 27 de julho de 1835. APES E1 644).

A partir do ofício, tem-se a percepção de que havia um tratamento desigual em relação aos professores ou mesmo localidade da aula, pois o professor afirmou que outros recebiam os materiais que solicitavam, mas, apesar de ele reiteradamente ter informado da necessidade dos seus alunos, não recebeu resposta do poder público e estava assumindo essa responsabilidade com o salário de \$338r (trezentos e trinta e oito réis) que recebia em pagamento pelos seus serviços de professor.

Possivelmente, o tratamento diferenciado se devesse ao fato de que Francisco de Paula Machado não tivesse um número de alunos que justificassem, para o poder público, o envio dos materiais solicitados. Uma outra possibilidade é que ele não fosse considerado como possuidor de qualidades significativas para exercer a profissão docente. Esses critérios eram utilizados para selecionar os que seriam pagos, conforme relatórios do Presidentes da Província, José Ferreira Souto, que informou ter determinado o pagamento a um professor para a compra de utensílios por ele ser cuidadoso e hábil. Esses critérios eram utilizados para identificar os que receberiam os valores por não haver recurso financeiro suficiente para atender todos os professores. Sobre os relatórios de Presidentes de Província,

[...] na seção sobre instrução pública, trazem os aspectos mais gerais relativos ao tema, geralmente dando ênfase aos dados estatísticos e às medidas realizadas pela presidência. Podem ser citados como exemplo, a jubilação, a remoção, contratação ou afastamento de um professor. Da mesma maneira que trazia a situação das cadeiras públicas, ao descrever a necessidade das aulas, no tocante aos materiais para o seu funcionamento, cobrando dos legisladores a criação de leis para suprir as necessidades da Província (Silva, 2018, p. 115).

Situação semelhante à descrita pelo professor Francisco de Paula Machado pode ser identificada em publicação no *Jornal do Aracaju*. Nela, foi solicitado que o Diretor da Instrução

Pública indicasse os estabelecimentos que receberiam os livros enviados pelo Inspetor Geral da Instrução primária e secundária do município da corte “[...] de cada um dos 3 livros de leitura, que para as aulas nocturnas de adultos offereceu o dr. Abilio Cesar Borges, devendo igualmente declarar o n. de exemplares que for conveniente” (Expediente do governo. *Jornal do Aracaju, Sergipe*, ano 3, n. 236, 31 jan. 1872. p. 1). Assim, o termo “conveniente” denota que havia uma subjetividade na distribuição dos livros, pois essa decisão estaria sob a discricionariedade do agente público.

Um outro aspecto relacionado ao trabalho dos professores era constante vigilância por parte dos agentes do Estado. Um deles era o Inspetor Geral das Aulas, que, “[...] enquanto interlocutor entre o Governo e os professores, tinha a responsabilidade de averiguar se eram verídicas as necessidades descritas nas correspondências enviadas pelos professores” (Silva, 2018, p. 26-27). Além disso, havia a presença marcante do Imperador D. Pedro II, que costumava viajar por todas as províncias verificando in loco as aulas públicas, registrando em um diário o que observava. Ele visou a aula pública de meninos do professor Inácio de Souza Valadão que tinha 86 alunos matriculados e cujo livro de matrículas sofreu duras críticas por parte do imperador. Segundo ele, não era bem-organizado e a letra do professor era sofrível. Seus alunos não se mostraram preparados, a partir da avaliação do imperador, que registrou que os meninos não tinham “[...] o mesmo adiantamento das meninas” (Sergipe, 1860, p. 37).

Postos à prova, dois meninos foram selecionados para serem sabatinados pelo Imperador. Segundo ele, um deles lia “sofrivelmente”, era muito atrasado na gramática, além de que ainda não conseguia fazer conta de dividir, mesmo já frequentando as aulas há 10 meses. O outro, não lia bem, apesar de fazer as contas de dividir de maneira lenta, se saiu bem, mas não se lembrava de como fazer a prova real da divisão. Ele não teceu comentários a respeito do conhecimento de gramática do menino, mencionando somente que ele havia começado a estudá-la. No que diz respeito à Doutrina, os alunos mal sabiam “as rezas” e o professor estava muito atrasado no conteúdo. Ademais, a letra deles estava menos desenvolvida do que a das meninas (Pedro II, 1965).

Pedir afastamento por questões relacionadas à saúde era uma constante, no século XIX, e os registros eram deixados nos jornais oficiais, como o *Jornal do Aracaju*. Os processos de higienização e urbanização eram insipientes favorecendo o surgimento e disseminação de doenças, sendo que o contato próximo entre professores e alunos durante as aulas se constituía como situação propícia à essa situação. Além disso, a estrutura física dos locais onde as aulas ocorriam, usualmente as casas dos professores, onde a falta de ventilação e pouca iluminação tornavam a condição de trabalho insalubre. Uma situação de afastamento foi vivida pela professora Cecília da Conceição de Mello:

à mesma [a thesouraria provincial], communicando ter por despacho de 2 do corrente concedido á professora publica do povoado do Carrapicho, D Cecília da Conceição Mello Martins, trez messes de licença em prorrogação da que ultimamente lhe foi concedida para tratar de sua saude, com seus vencimentos na forma da lei, continuando a respectiva cadeira a ser substituida por pessoa idonea. – Communicou-se ao director da instrucção publica (Expediente do governo. *Jornal do Aracaju, Sergipe*, ano 3, n. 243, 24 fev. 1872. p. 1).

Como já mencionado, o atraso no pagamento dos aluguéis das casas onde os moravam e ministravam as aulas era um problema constante nas vidas dos professores primários, sendo que questões políticas também interferiam nesse processo. Foi o que ocorreu com João Antonio Ribeiro de Paiva, professor público da primeira cadeira de ensino elementar de Maruim, que publicou um anúncio, em 29 de novembro de 1871, informando a sociedade sergipana e, mais especificamente, ao Vice-Presidente da província, o descumprimento do despacho que solicitava à Câmara Municipal que pagasse os aluguéis da casa em que residia com sua família, de acordo com o art. 6, parágrafo 11 e art. 57 do “orçamento municipal vigente” (Para o Exm. Sr. vice-presidente da provincia ver. *Jornal do Aracaju, Sergipe*, ano 3, n. 221, 6 dez. 1871.

Publicações a pedido, p. 4). De acordo com João Antonio Ribeiro de Paiva, a razão do atraso se devia ao fato de que os vereadores eram suplentes e “desafetos” políticos do Vice-Presidente, assim, propositadamente, estavam postergando a reunião para deliberar sobre o tema para evitar que se cumprisse o despacho do ofício de nº 633, já nas mãos do Presidente Interino da Câmara Municipal desde o dia 7 de novembro, situação que, a seu ver, demonstrava clara “má vontade”. Assim, ele solicitou a intervenção do Vice-Presidente para garantir que seu direito fosse cumprido (Para o Exm. Sr. vice-presidente da provincia ver. *Jornal do Aracaju, Sergipe*, ano 3, n. 221, 6 dez. 1871. Publicações a pedido, p. 4).

Outra situação semelhante foi registrada no jornal a partir do pedido de pagamento às Câmaras e orçamentos municipais dos aluguéis das casas dos professores Theotônio Felix da Costa e de Maria das Dores Barros Leite (Expediente do governo. *Jornal do Aracaju, Sergipe*, ano 3, n. 267, 27 abr. 1872. p. 3). Ciente da constante necessidade dos professores de honrar seus pagamentos e sabedor de que o poder público não cumpria espontaneamente com sua obrigação de pagar os aluguéis dos locais onde as aulas funcionavam, José Albino de Moura, morador da capital, “ofereceu” aos professores e professoras a possibilidade de ele emprestar dinheiro, informando que cobraria juros de dois por cento. Naquele período, era comum que se oferecesse o nome de outra pessoa para garantir a veracidade de um fato ou situação, assim como a confiabilidade de alguém. Assim, indicou José Pereira de Magalhães, negociante e morador de Aracaju para dar referências sobre ele (*Correio Sergipense, Aracaju*, n. 87, 2 nov. 1861. p. 4).

Possivelmente, essa situação era recorrente entre professores, não somente do ensino primário, mas do secundário também, pois na Ata da Congregação do Atheneu de 1888, essa questão foi mencionada, dizendo que, apesar de abnegados, os professores se viam obrigados a procurar outros meios para sustentar suas famílias, fazendo referência aos empréstimos. Diante dessa situação, por vezes não se conseguia a clareza e isenção necessárias ao exercício da função que se estava executando, influenciando diretamente na qualidade dos resultados das avaliações, por exemplo, das bancas avaliadoras.

Parecia ser do conhecimento geral que os professores procuravam ‘negociantes’ ou ‘capitalistas’ para pedir dinheiro emprestado quando eram privados dos seus salários ou se viam impelidos pela necessidade. A comissão então questionou a independência e a objetividade da avaliação do professor membro de banca examinadora quando era procurado por aqueles que lhes emprestavam dinheiro intercedendo por algum estudante submetido a exame (Amorim, 2009, p. 100).

É importante mencionar que desafios no fazer profissional não eram enfrentados somente pelos professores da província de Sergipe. Na paranaense, por exemplo, por vezes era preciso lidar com o fato de que os compêndios utilizados para ensinar as matérias obrigatórias por lei nem sempre serem o mesmo utilizado pelos alunos em sala, pois nem todos os pais podiam comprar os livros, ou eles não estavam à venda na localidade. Para resolver o problema, recorria-se a agentes do poder público para que providenciassem os compêndios necessários a fim de possibilitar a execução satisfatória do ofício docente. Assim, seria possível que todos tivessem o mesmo compêndio (França & Souza, 2016).

A partir dos anúncios de jornais aqui apresentados, foi possível identificar momentos de tensão educacional que nos permitem perceber como ocorreu o processo de configuração da profissão docente no século XIX. Ao realizar o movimento de reação às situações acima mencionadas, os professores moviam as suas “peças” como no Jogo de Damas onde existem espaços específicos para colocar as peças e por onde elas podem ser movidas. Desta forma, os jornais se constituíam como o tabuleiro onde os professores podiam verificar o que o poder público realizava ou deixava de realizar, identificando os espaços “livres” por onde era possível mover suas peças, estabelecendo estratégias de reação. Uma delas era confrontar a

prevaricação por parte do poder público, deixando a sociedade conhecer o que estava acontecendo, pois a opinião dela, seu peso, impulsionaria “as mãos” estatais.

Mas, assim como no Jogo de Damas é possível se fortalecer ao levar uma peça ao lado extremo oposto do tabuleiro, campo de ação do oponente, encampando uma segunda peça ao topo da primeira, as comunicações oficiais enviadas pelos professores ao poder público se somavam à estratégia do uso do jornal, fortalecendo a configuração profissional, imprimindo ao professor a representação que se queria alcançar perante a sociedade da época.

A COMUNICAÇÃO OFICIAL ENTRE PODER PÚBLICO E PROFESSORES

No início do século XIX, sob o reinado de D. João VI, iniciou-se um controle progressivo do Estado sobre a educação formal, assim, ocorreram as primeiras iniciativas a fim de organizar a Instrução Primária no Brasil. Ressalta-se que havia diferentes maneiras de ofertar aulas como as domésticas, particulares, preceptoria demonstrando. Elas variavam a depender das condições financeiras das famílias. Mas era preciso oferecer instrução às ditas “camadas inferiores da sociedade”, sendo esse tema objeto de intensa discussão nas Províncias brasileiras.

Para tal, era preciso ter professores aptos a exercer essa função, ampliando a oferta de aulas. Eles precisariam não somente instruir, mas educar na perspectiva de inculcar normas de comportamento, hábitos, assim como valores culturais que convergissem para o desenvolvimento e fortalecimento da sociedade da época. Assim sendo, os professores primários se constituíam em personagens essenciais no processo de institucionalização da Instrução Pública no Brasil. Vasconcelos (2003, p. 53) esclarece que:

[...] até o final da primeira metade do século XIX, eram chamados de professores apenas aqueles que trabalhavam em colégios. E denominavam-se mestres aqueles que praticavam a educação doméstica, incluindo-se aí os aios, aias, amos, tutores e governantas, quando também responsáveis pela educação das crianças. [...] da segunda metade dos Oitocentos, as nomenclaturas de professor e professora passam a ser usadas, indistintamente, para os sujeitos que se ocupavam da educação tanto nas Casas como nos colégios.

Ao tomar para si a incumbência de organizar esse processo, o Estado legitimou sua ação a partir de legislação específica que transformou os professores em seus funcionários, determinando formas de acesso à carreira, garantias, direitos e obrigações. Uma das ações necessárias à efetivação de um diálogo institucionalizado entre poder público e professores, enquanto funcionários públicos, eram os ofícios que, quando escritos pelos professores, tinham uma estrutura semelhante a uma correspondência comum, mas que ganhavam status oficial por encetar uma comunicação com vistas à função por eles exercida, sendo este mais um vínculo que determinaria a representação dos professores públicos primários do século XIX.

O termo “ofício”, remete à ideia de uma rotina burocrática enfadonha, pois se infere que um percurso deverá ser seguido para que a ação objeto dessa comunicação oficial se materialize. No entanto, para Freyre (2000), a riqueza das informações que esse tipo de documentação contém reflete a importância deles para as pesquisas, pois se relacionam com o interesse humano. Neste sentido, obre as correspondências oficiais, esse mesmo autor informa que o seu valor, interesse e préstimos “[...] é para os que procuram, de preferência, no papel velho, o documento que esclareça ou ilustre antes o processo social que a ocorrência excepcional, embora nem sempre se possa desgrudar uma do outro, sem quebrar a vida que está no conjunto” (Freyre, 2000, p. 290).

Diante dos preceitos legais, uma das questões relativas à função de professor era a das substituições, tendo sido contemplada pela legislação vigente no século XIX, na Província de Sergipe. Um dos critérios para isso acontecer era que os professores e professoras que

desejassem ou precisassem ser substituídos deveria achar seus substitutos, constituindo-se esta como uma de suas obrigações. Essa incumbência passaria para as Câmaras Municipais somente se eles não conseguissem achar alguém habilitado. Elas, então, solicitariam autorização ao governo para contratar professor interinamente até que houvesse professor habilitado mediante concurso que assumisse a cadeira efetivamente.

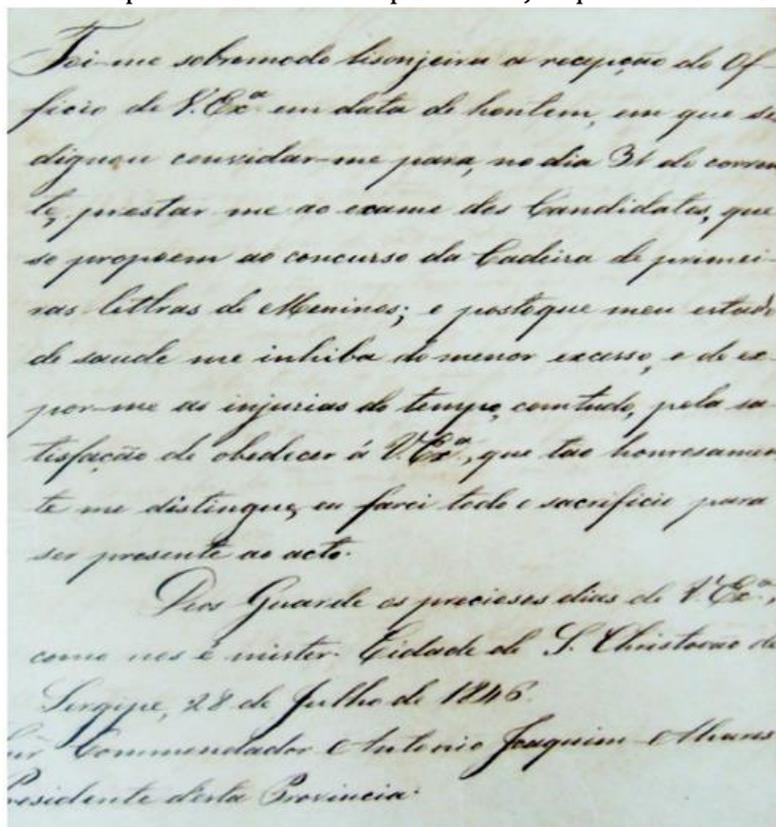
Uma situação que representa esse procedimento envolveu a professora primária Anna Joaquina de Souza Coelho que, em 20 de janeiro de 1849, informou ao Presidente da Província estar de volta ao exercício da cadeira de meninas após ter sido substituída por Delfina Maria, no seu impedimento (Sergipe. Correspondência enviada ao Presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcellos por Anna Joaquina de Souza Coelho. São Cristóvão, 20 de janeiro de 1849. APES G1, 960).

No mesmo ano, no mês de agosto, Anna Joaquina enviou comunicação oficial sugerindo que Brigida Maria das Virgens, “pessoa de reconhecida honestidade e idoneidade”, substituísse ela em suas funções. Ela o fez em detrimento do nome de Maria Felicia Carolina de Souza Botelho, que já a havia substituído em outra oportunidade, quando também pediu licença para cuidar da saúde. Anna realizou essa solicitação com base na Lei de 20 de março de 1838 que orientava que o professor a ser substituído deveria indicar seu substituto (Sergipe. Correspondência enviada ao Presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcellos por Anna Joaquina de Souza Coelho. São Cristóvão, 9 de agosto de 1849. APES G1, 961).

A fim de garantir que sua solicitação fosse atendida, enviou cópia do mesmo documento para o Juiz de Direito e Inspetor Geral das Aulas, acrescentando a informação de que Brigida Maria das Virgens havia prestado exame em 15 de dezembro de 1840, estando habilitada para ministrar aulas em conformidade com o artigo 27 da Lei de 20 de março de 1838 (Sergipe. Correspondência enviada ao Juiz de Direito e Inspetor Geral das Aulas por Anna Joaquina de Souza Coelho. São Cristóvão, 9 de agosto de 1849. APES G1, 961). Possivelmente Brigida havia sido aluna de Anna Joaquina, merecendo a confiança da professora a ponto de ela buscar veementemente a colocação dela como sua substituta, pois a profissionalização docente, naquele período, dava-se na preparação pela prática, quando a professora preparava alguém para exercer a mesma profissão. Usualmente era uma parente ou pessoa próxima que precisasse do apoio para, no futuro, ter uma profissão que garantisse seu sustento.

A partir do conhecimento da lei em vigor, a professora Anna Joaquina legitimou a indicação da pessoa que seria, para ela, a mais adequada para a substituir durante o período em que estivesse afastada para tratar da saúde. Essa oportunidade daria a chance a Brigida de ser inserida no magistério primário. Preparar sua aluna para ter o poder de indicar a pessoa que a substituiria, seja por capacidade ou por laços outros que os familiares, de amizade ou qualquer outro interesse, configurou-se como estratégia de reação a uma tensão educacional específica, pois desde 1846 Anna Joaquina já informava ao poder público a fragilidade do seu estado de saúde, conforme figura 1.

Figura 1. Correspondência enviada por Anna Joaquina de Souza Coelho.¹



Fonte: SERGIPE. Correspondência enviada ao Presidente da província Antonio Joaquim por Anna Joaquina de Souza Coelho. São Cristóvão, 28 de julho de 1846. APES G1, 961.

A atuação de Anna Joaquina de Souza Coelho demonstra, dentre outros aspectos, que ela estava inserida no processo de configuração da profissão docente, construindo e, ao mesmo tempo, fortalecendo sua representação de professora pública primária. O poder público, em contrapartida, exercia sua tentativa de controle sobre os processos educativos na medida em que exigia, a partir da legislação, que o professor cumprisse o que lá estava prescrito. Quanto à categoria de representação, Chartier (2020, p. 10-11) afirma que:

É do crédito concedido (ou recusado) à imagem que uma comunidade produz de si mesma, portanto de seu 'ser percebido', que depende a afirmação (ou a negação) de seu ser social. O porquê da importância da noção de *representação*, que permite articular três registros de realidade: por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ser reconhecidas; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada. A história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força.

O movimento de ação e reação promovido pelas tensões educacionais acarretam a construção, ou fortalecimento, da representação que se pretende alcançar aos olhos da sociedade e, conseqüentemente, dos seus indivíduos. Ao escrever para os agentes públicos,

¹ "Foi-me sobremodo lisonjeira a recepção do officio de V. Exa em data de hontem em que designou convidar-me para, no dia 3 do corrente, prestar-me ao exame das candidatas que se propõem ao Concurso da cadeira de primeiras letras de meninas; e presto que meu estado de saude me inibido menor excesso e de expor-me as injurias do tempo, contudo, pela satisfação de obedecer á V. Exa, que tão honrosamente me distingue, eu farei todo o sacrificio para ser presente ao acto."

Anna Joaquina deixou claro que conhecia a legislação e estava pronta para fazer cumprir os seus ditames ao indicar a pessoa que, a seu ver, teria as condições necessárias para dar continuidade a suas atividades e que assumiria a função de maneira adequada. Mas é preciso esclarecer que:

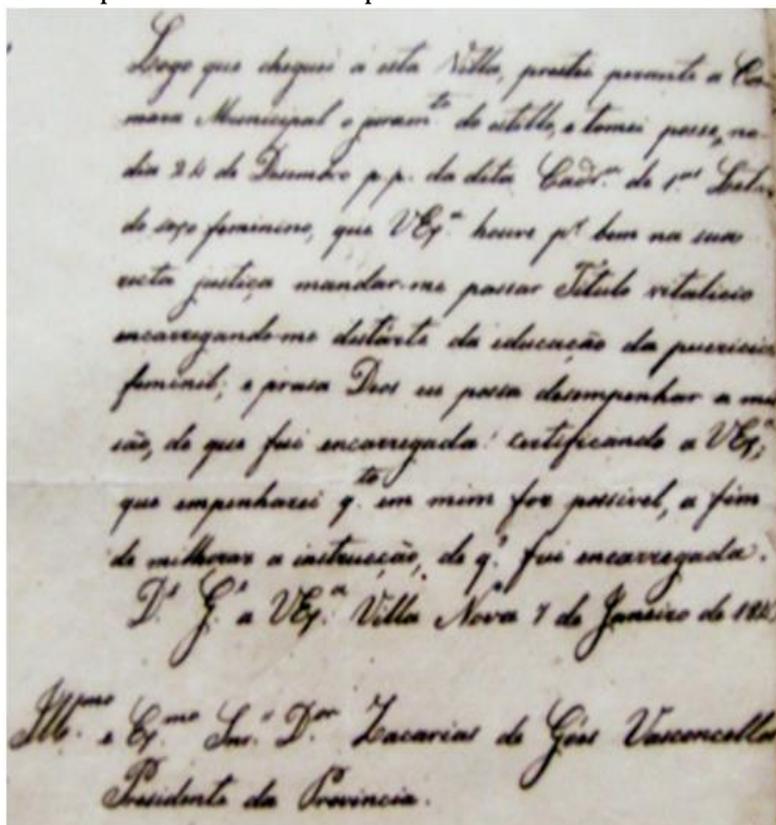
O processo de constituição da Instrução Primária no século XIX, tendo como perspectiva o movimento de configuração da profissão docente, [...], demonstrou que a formação pela prática foi substituída, paulatinamente, por uma mais ampla: a da Escola Normal, valorizada através da legislação que definiu o ingresso na carreira através do título de normalista (Amorim, 2013, p. 297).

Uma outra exigência que também se colocava diante dos professores primários do século XIX dizia respeito às questões de moralidade. Esse foi um aspecto que interferiu na atuação profissional do professor de primeiras letras Manoel Vicente Aranha Junior, pois, em ofício enviado ao Presidente da Província, Paulo Ferreira de Andrade, Juiz de Órfãos da Vila de Santo Amaro das Brotas, informou que Manoel não apresentava comportamento adequado à sua função. Esclareceu que apesar de ter ele sido aprovado em exame sobre as matérias que deveria lecionar (Leitura, Escrita e Aritmética), não possuía os requisitos que exigiam um emprego público sobre o “regime e educação”, apropriados para ensinar crianças. De acordo com o mesmo Juiz, o professor procedia de maneira péssima, era “revoltoso”, perturbador do público, repleto de vícios e por eles se fazia abominável para educar e ensinar seus alunos (Sergipe. Ofício enviado ao Presidente da Província por Paulo Ferreira de Andrade, Juiz de Órfãos. Santo Amaro das Brotas, s.d. APES G1, 973).

Portanto, desta forma, os docentes passariam a ser funcionários do Estado com a responsabilidade de reproduzir a ordem social dominante, sendo questões como moralidade e bons antecedentes se configuravam como pré-requisitos de avaliação, inclusive sendo esses fatores determinantes para a exclusão do cargo. Tais quesitos atraíam a atenção da sociedade para a imagem e comportamento dos docentes, fazendo com que os professores fossem representados não somente por seus saberes, mas também por sua conduta social (Amorim & Pinto, 2020, p. 67).

Esse processo de construção da representação profissional também pode ser exemplificado a partir do documento (Figura 2) enviado pela professora primária Maria Clemência da Conceição Leal ao Presidente da Província Zacarias de Góes Vasconcellos. Ela o informou que, no dia 24 de dezembro de 1848, na Câmara Municipal de Villa Nova, tomou posse através de juramento, passando a reger vitaliciamente a cadeira para meninas. Fica clara a intencionalidade da professora ao registrar o procedimento pelo qual passou oficialmente a exercer sua função. Ao mesmo tempo, demonstrou estar ciente de suas atribuições quando afirmou que desempenharia sua função, da qual foi encarregada no momento da posse, de melhorar a instrução (Sergipe. Correspondência enviada ao Presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcellos por Maria Clemência da Conceição Leal. Villa Nova, 7 de janeiro de 1849. APES G1, 960).

Figura 2. Correspondência enviada por Maria Clemência da Conceição Leal.²



Logo que cheguei a esta Villa, prestei perante a Camara Municipal o juramen^{to} do estillo, e tomei posse, no dia 24 de Dezembro p. p. da dita Cade^{ira} de 1^{as} Letras do sexo feminino, que V. Ex^a houve por bem na sua recta justiça mandar-me passar Titulo vitalicio encarregando-me destarte da educaçao da puericia juvenil; e prova Deos eu possa desempenhar a missao, da que fui encarregada! Certificando a V. Ex^a, que empenharei q^{to} em mim for possivel, a fim de melhorar a instrucçao, de q^a fui encarregada.

D^a J^a a V. Ex^a Villa Nova 7 de Janeiro de 1849.

Ilmo. e Ex^{mo} Sr. D. Zacarias de Góes Vasconcellos
Presidente da Provincia.

Fonte: SERGIPE. Correspondência enviada ao Presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcellos por Maria Clemência da Conceição Leal. Villa Nova, 7 de janeiro de 1849. APES G1, 960.

A partir das situações apresentadas, é possível pensar a história da profissionalização docente relacionada à instituição de mecanismos internos de controle, por parte do Estado, e de uma materialidade própria, a partir da ação dos professores, que buscaram uma representação que os identificasse como sendo aptos a exercer a sua função de educar e instruir as novas gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As correspondências oficiais entre professores e agentes do poder público deram uma noção do cotidiano do trabalho docente a partir de suas obrigações e seus direitos, assim como sua conduta moral, pois estavam passivos a sofrer as implicações de atos considerados não condizentes com a função que exerciam.

Os jornais também proporcionaram a possibilidade de obtenção de informações sobre condições de trabalho e reivindicações, além de aspectos relacionados à saúde. A falta de materiais para a ministração das aulas, atraso no pagamento dos salários e na liberação de recurso para pagar aluguel das casas onde os professores residiam e ministravam suas aulas, o atendimento desigual quando da distribuição de materiais, a vigilância e o controle do trabalho docente, além de interferências políticas foram alguns dos desafios enfrentados por eles.

As estratégias desse jogo vieram à tona a partir da triangulação entre tensão educacional, configuração e representação docente que ajudaram a compreender que os

² “Logo que cheguei a esta Villa, prestei perante a Camara Municipal o juramen^{to} do estillo e tomei posse, no dia 24 de Dezembro p. p. da dita Cade^{ira} de 1^{as} Letras do sexo feminino, quis V. Ex^a houve por bem na sua recta justiça mandar-me passar Titulo vitalicio encarregando-me destarte da educaçao da puericia juvenil e prova Deos eu possa desempenhar a missao, da que fui encarregada! Certificando a V. Ex^a; que empenharei q^{to} em mim for possivel, a fim de melhorar a instrucçao, de q^a fui encarregada.”

desafios enfrentados pelos professores primários estão interconectados, sendo que eles se retroalimentam.

Assim, ao informar, neste texto, como se configurou a profissão docente a partir dos desafios postos diante dos professores primários no século XIX, foi possível perceber que eles não respondiam somente a uma convocação política e social voltada para a educação, mas criaram a necessidade dela, assumindo o papel de agentes ativos nesse processo. Portanto, é possível perceber que a profissão de professor primário se configurou diante de desafios e enfrentamentos, corroborando para a construção da representação do(a) professor(a) qualificado(a) no século XIX.

AGRADECIMENTOS: Não aplicável.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES: Amorim, S. S.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, e revisão crítica de conteúdo intelectual importante. A autora leu e aprovou a versão final do manuscrito.

CONFLITOS DE INTERESSE: A autora declara que não há conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

- Amorim, S. S. (2009). A trajetória de Alfredo Montes (1848-1906): representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS.
- Amorim, S. S. (2013). Configuração do Trabalho Docente e a Instrução: primária em Sergipe no Século XIX (1827-1880). Fortaleza: Edições UFC.
- Amorim, S. S. (2014). Os professores primários em Sergipe: em busca da profissionalização (1826-1889). Projeto de pesquisa aprovado pelo CNPQ. Recuperado de: <https://sites.google.com/view/gepes/linhas-de-pesquisa/sujeitos-da-educa%C3%A7%C3%A3o-pr%C3%A1ticas-educativas-processos-de-aprendizagem-e-form?authuser=0>
- Amorim, S. S., & Pinto, M. (2020). Entre a moralidade e a religiosidade: provas de concurso e saberes necessários à profissão docente na província de Sergipe. *Notandum*, 23(53), 59-76.
- Burke, P. (2005). O que é História Cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Chartier, R. (2002). À beira da falésia: a história entre incertezas e quietudes. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Elias, N. (2001). A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- França, F. F., & Souza, G. (2016). "O mestre ensina sempre; os discípulos aprendem sempre": o ensino nas escolas primárias da província do Paraná pelo fazer docente. In: Amorim, S. S., & Nascimento, E. F. V. C. (Orgs.). *Panorama da Instrução Primária no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, p. 91-116.
- Freyre, G. (2000). Os ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks Universidade Editora.
- Lima, G. S. (2007). A cultura material escolar: desvelando a formatação da Instrução das Primeiras Letras na Província de Sergipe (1834-1858). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Sergipe (1835). Correspondência de Francisco de Paula Machado para Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, Presidente da Província. Divina Pastora, 27 de julho de 1835. APES E1 644.
- Sergipe (1849). Correspondência enviada ao Presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcellos por Anna Joaquina de Souza Coelho. São Cristóvão, 20 de janeiro de 1849. APES G1, 960.
- Sergipe (1849). Correspondência enviada ao Presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcellos por Anna Joaquina de Souza Coelho. São Cristóvão, 9 de agosto de 1849. APES G1, 961.
- Sergipe (1860). Viagem Imperial á província de Sergipe ou narração dos preparativos, festejos e felicitações que tiveram lugar por ocasião da visita que fizeram á mesma província sua Magestades Imperiais em janeiro de 1860. Salvador: Typographia do diário.
- Sergipe. Ofício enviado ao Presidente da Província por Paulo Ferreira de Andrade, Juiz de Órfãos. Santo Amaro das Brotas, s.d. APES G1, 973.

Silva, G. S. (2018). Legislar e fiscalizar: um panorama sobre a organização da instrução pública primária em Sergipe (1850-1861). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tiradentes, Aracaju, SE, Brasil.

Vasconcelos, M. C. C. (2003). A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus.

Recebido: 10 de maio de 2021 | **Aceito:** 27 de maio de 2021 | **Publicado:** 30 de maio de 2021



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.